

Segundo módulo do PAS começa a funcionar dia 1º

HELIANA NOGUEIRA

O prefeito Paulo Maluf assinou ontem, durante encontro que reuniu todo o secretariado, o decreto que cria o segundo módulo de atendimento à saúde para implementação do Plano de Atendimento à Saúde (PAS), na região do Centro. A nova forma de gerenciamento na região deve ser iniciada no dia 1º de fevereiro.

"A população cadastrada chegará a 500 mil, cerca de 50% da população local (1,1 milhão de pessoas)", garantiu o secretário municipal da Saúde, Roberto Paulo Richter. "As cooperativas contarão com cerca de 400 médicos."

O segundo módulo do PAS abrangerá os distritos de Barra Funda, Vila Mariana, Belém, Bom Retiro, Santa Cecília, Pari, República, Sé, Consolação, Brás, Bela Vista, Liberdade, Cambuci, Perdizes, Jardim Paulista, Pinheiros e Itaim Bibi. O atendimento será feito pelos hospitais Menino Jesus, D. Pedro I e o Pronto Socorro da Barra Funda, além das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da região. "Todo o complexo médico local também poderá fazer parte do PAS, por meio de convênios com as cooperativas", expli-

cou Richter.

Durante o encontro, o prefeito fez questão de salientar que o PAS "não é um plano de saúde, mas um plano de governo da Prefeitura", pedindo aos secretários que estejam todos engajados na proposta. "É preciso uma integração total", disse Maluf. "Tudo o que se faz em termos de modificação de um sistema de trabalho afeta toda a prefeitura e essa é a razão dessa formação de aliança."

Segundo o secretário Richter, com a implantação do segundo módulo, o primeiro a ser implantado foi na região de Pirituba-Petrópolis, 20% da assistência médica prestada pela Prefeitura estará dentro do no-

REGIÃO
CENTRAL
FOI A
ESCOLHIDA

vo sistema.

"Apesar das ofensas daqueles que não querem ver resolvido o problema da saúde daremos prosseguimento ao plano", disse Richter, ao comentar as críticas ao PAS feitas por entidades médicas como o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) e Sindicato dos Médicos. A Prefeitura conseguiu anteontem, pelo juiz Fernando David Fonseca Gonçalves, da 7ª Vara da Justiça Federal, uma notificação proibindo que entidades interfiram na implantação do PAS.